

SOUSAS E JOAQUIM EGÍDIO (SP) FRENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
Centro de Memória Unicamp (CMU)

À medida que estou analisando o desenvolvimento sustentável e meio ambiente em Campinas considere que o crescimento rápido e descontrolado da cidade acabou por gerar uma séria crise, onde os sistemas urbanos de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos, entre outros, já praticamente se encontravam inadequados desde as décadas de 1920-30. Por mais veloz que tenha sido em algumas áreas a expansão dessas facilidades, não foi/vem sendo ampliadas com rapidez suficiente para alcançar a demanda crescente de sua população.

Historicamente considerando as condições de explosão demográfica nos Distritos em questão, constatei que não vêm permitindo um desenvolvimento acelerado que suporte uma integração econômico-regional, até porque tal integração não poderá ser alcançada fora do contexto das relações político-econômico-sócio-culturais, uma vez que a preocupação com a problemática ambiental nestas áreas é recente.

Os Distritos analisados constituem parte de uma ampla pesquisa que estou desenvolvendo com apoio do *CNPq*. Apresento a este *XXIII Simpósio Nacional de História*, alguns resultados parciais, considerando a questão das diversidades culturais, ambientais, históricas e de identidade, onde a reconstituição destes espaços se tornou viável frente ao diálogo aberto que estabeleci entre história, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e imagens.

Foi só a partir do século XIX que as ciências passaram a olhar e orientar as ações sociais sobre os espaços, mas, sempre ligadas ao modelo capitalista. Claro que não se pode negar que a ciência, as técnicas e tecnologias vêm desempenhando papéis significativos na reprodução do modelo de desenvolvimento, tanto em nível de produção de mercadorias, quanto como parte fundamental na constituição das relações sociais¹.

Bem por isto, não se deve desconsiderar que a questão ambiental tem um caráter eminentemente social, levando-se em conta que o prioritário são as atitudes ambientais, os valores e comportamentos, o cálculo de riscos da tecnologia e da política ambiental. Desta maneira na contemporaneidade *os problemas ambientais deixam de ter caráter local e passam a ter amplitude global.*

A pesquisa principiou com o arrolamento bibliográfico, levantamento e análise da documentação pública e particular e, no prosseguir do trabalho, estou ouvindo os moradores mais antigos de Sousas e Joaquim Egídio (pois, só com o auxílio da História Oral é que está sendo possível a reconstituição destas histórias regionais), além do estudo das plantas e mapas preservados, bem assim da coleta de fotografias antigas e tomadas atuais para a devida análise temática.

Sousas pertence à Campinas que, desde o final do século XVIII teve sua economia calcada basicamente em dois produtos agrícolas de exportação e que foram a base de sua ascensão: primeiramente o açúcar que começou a ser cultivado no último quartel do referido século XVIII até cair a proporções pouco significativas na segunda metade do século XIX. Em segundo lugar, veio o café, consolidando e ampliando as conquistas econômicas que o açúcar propiciara. Constatei que, já na terceira década do século XIX, o surgimento dos cafezais ocorreu em terras de senhores de engenho que ainda continuavam simultaneamente a explorar seus canaviais. Foi, todavia, a fortuna propiciada pela cultura do café que lançou as bases da industrialização em Campinas.

Entre 1818 – 1905, a terra era também trabalhada pelos produtores de cereais (já contando com a presença da pequena propriedade e de grande número de imigrantes notoriamente italianos) cuja representação foi fundamental ao seu progresso econômico.

Lembro que Sousas foi conhecido por longo tempo como *Arraial dos Sousas*, tendo principiado como um bairro rural, constituindo-se numa região bastante diferenciada da paisagem típica de Campinas por possuir um relevo que apresenta morros e serras, com altitudes que chegam até a 1.100 metros na Serra das Cabras.

As corredeiras e pequenos saltos que lá se encontram têm importância significativa como bem atestam as usinas hidrelétricas de tamanho médio que aparecem nos rios Jaguari e Atibaia. Apresenta clima com médias térmicas em torno de 21° e pluviométricas com cerca de 1.300 mm/a, possuindo verão quente e úmido e inverno seco.

A parte principal do aglomerado deste Distrito fica ao longo do vale sobre uma pequena planície de nível de base num alargamento maior do espaço, propiciado pela confluência do ribeirão dos Pires, pela esquerda e das Cabras, pela direita.

Desde fins do século XVIII e primórdios do XIX a área correspondente ao Município de Campinas já se apresentava ocupada principalmente em decorrência da utilização predatória do espaço, com extração de madeiras e roças de subsistência, de caráter itinerante, que acabaram por destruir o manto florístico primitivo. Havia também uma agricultura comercial em bases rudimentares de cana-de-açúcar, com a utilização de engenhos para industrialização do produto.

Sousas teve sua origem quando Aleixo António de Godoi e Bernardo José Sampaio (1830) ultrapassaram a Vila de São Carlos (hoje Campinas), embrenhando-se na vasta mataria, até atingirem as margens do Rio Atibaia. Nômades por índole, não se contentaram em ali ficar e resolveram construir uma ponte de madeira (abundante na mata) para transporem à margem direita do rio.

Em verdade, o avanço do crescimento populacional na direção da depressão periférica, ocorreu a partir dos últimos desemboques das cachoeiras que vêm das regiões montanhosas na altura de Sousas e Joaquim Egídio. Aos poucos outros indivíduos foram aparecendo; desta maneira foi que José Floriano de Camargo e membros da Família Sousas lá estabeleceram suas lavouras canavieiras com os respectivos engenhos. O agrupamento foi crescendo e se transformou num modesto arraial que ficou conhecido como Ponte do Arraial

De todas as famílias que vieram para esta área destacou-se a dos Sousas. Por isso foi que o Vereador Ricardo Gumbleton Daunt (1889), em sessão da Câmara, propôs que fosse dado ao povoado da Ponte do Arraial o nome de Arraial dos Sousas.

Das matas primitivas praticamente nada mais resta por haverem sido devastadas, quer pela necessidade de utilização de seus componentes (madeira e lenha para servir de combustível), quer pela necessidade de utilização de seus espaços para neles serem implantados as lavouras, além do interesse comercial desde os primeiros povoadores no sentido de abastecerem as caravanas que circulavam em demanda ou regresso das áreas de mineração (por volta de 1770).

A cultura do açúcar exigiu largo consumo de combustível (a lenha) que foi sendo retirado das matas, diminuindo assim as áreas de vegetação florestal. Com a Independência, nova exigência de devastação foi imposta à região com a introdução do novo produto agrícola: o café. Seu crescimento foi tanto que, em 1894, houve a necessidade da construção de uma ferrovia - a Companhia Ramal Férreo Campineiro - a fim de atender à demanda da cafeicultura.

Entre os anos de 1929-30, houve sensível abalo dessa cultura no país; o produto que havia feito a fama e riqueza de Sosas por quase cem anos de atividades, foi suprimido determinando o despovoamento da zona rural. Os antigos cafezais sousenses foram transformados em pastos. A cultura de subsistência cresceu, houve retalhamento da maioria das propriedades e a paisagem rural foi então alterada.

Espaços diferenciados, tempos relacionais e conflitantes devem ser captados pelo trabalho do historiador, para que o imediato possa ser questionado, o presente alargado com possibilidades de ser entendido (BENJAMIN, 1987, sobretudo tese 14: 229-230).

Assim, por acreditar que há uma historicidade da história que implica em movimento ligando a prática interpretativa à social e, neste sentido, o tempo da história se acelera sendo ele marcado pelas mudanças, transformações e destruições que acabam por contrastar com outros tempos – da permanência, da continuação e da memória – mister se torna a conscientização de sua comunidade através do conhecimento de sua história. Eis o porquê da importância do resgate participativo da história, memória e meio ambiente locais destes Distritos.

Considerando a situação atual da hoje Região Metropolitana de Campinas (RMC), observei que houve nestes distritos uma intensa devastação em sua vegetação ao longo de seu caminhar que, do total de 387,3 mil hectares de Mata Atlântica que recobriam o território regional antes do processo de urbanização, restaram somente 12,5 mil hectares de vegetação nativa, ou seja, 3,41%². E Campinas tem preservado só 2,55% de sua vegetação nativa, decorrente da devastação que se iniciou principalmente entre as décadas de 1970/80, advinda no rastro de uma ausência de preservação; e, no que concerne às matas ciliares, tão somente 7% dos cursos d'água a possuem. Urge a recomposição de suas matas ciliares a fim de proteger os rios da erosão das margens e conseqüente assoreamento, além de auxiliar na produção de água, em função da defesa dos aquíferos subterrâneos.

É oportuno lembrar que as APAs³ de Sousas e Joaquim Egídio localizadas em Campinas (na porção centro – leste do Estado de São Paulo), englobam a porção do interflúvio dos rios Atibaia e Jaguari. Estes rios, os mais importantes da região, enfrentam hoje grave problema com os muitos e variados detritos lançados em suas águas.

A topografia é acidentada, com declividades marcantes e altitudes que oscilam entre 550 e 1079 metros, constituindo-se nas maiores do Município. Aí são comuns os afloramentos rochosos graníticos de significativo interesse para a mineração, sendo que por várias décadas vem ocorrendo a exploração de granito e areia.

Cumprir dizer que a partir do ano de 2003 houve preocupação da Prefeitura Municipal de Campinas em aumentar a Área de Proteção Ambiental (APA) dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio, a fim de garantir a preservação de 54 milhões de metros quadrados da margem Oeste do Rio Atibaia, tentando evitar a degradação da principal fonte de água dos moradores de Campinas e região. Foi salutar a idéia de ampliar as APAs nos Distritos em 25% além dos seus já existentes 222,7 milhões de metros quadrados, localizados à margem Leste do Atibaia. O que falta é agilidade na recuperação do que ainda existe, pois, o que resta constitui refúgio para diferentes espécies de animais, muitas delas ameaçadas de extinção, caso, entre outras, da jaguatirica, do gato-do-mato, do bugio

e do urubu-rei. Apesar da degradação ambiental, a fauna destes locais conta ainda com mais de 250 espécies de aves.

Ressalto que a organização dos conselhos municipais e comunitários de defesa do meio ambiente (Consemas e Condemas), a formação do comitê de bacias e a elaboração de um projeto de lei para criação de uma agência gestora, foram significativos avanços sóciopolíticos e, com isto, o cenário atual pode ser considerado melhor do que pelo menos há dez anos atrás, sendo que uma das mais importantes realizações foi o tratamento de esgotos na região compreendida pelas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ)⁴.

Até este momento da pesquisa observei que a legislação ambiental não vem sendo devidamente cumprida nestes espaços e, com isto, mais de 80% das Áreas de Preservação Permanentes foram desmatadas. Um dos grandes riscos à manutenção do patrimônio natural, histórico e cultural, continua sendo, entre outros, o crescimento descontrolado do tecido urbano ameaçando as nascentes, além das atividades de extração para construção (granito e areia) e a emissão de gases pelos veículos automotores.

Quero crer que se impõe a estes Distritos que seus espaços sejam encarados como um local para se viver e no qual os laços comunitários e éticos possam gerar sociabilidade e reciprocidade, tanto no trabalho quanto no ócio, apesar das tensões historicamente observáveis (BOSI, 1987). Desta maneira, o espaço em seu processo de transformação, poderá ser ao mesmo tempo registro e agente histórico.

O distrito de Joaquim Egídio, ainda o mais rural do município, surgiu em 1732, com a sesmaria concedida a Antônio Raposo Cunha Leme em área adjacente ao rio Jaguari. O pioneiro desta região foi o coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. As poucas fazendas improdutivas à época foram vendidas ao capitão-mor Penteado e, posteriormente, por herança, passou às mãos do abonado cafeicultor Joaquim Egídio de Souza Aranha. Mas, consta que seu fundador foi o major Luciano Teixeira Nogueira.

Joaquim Egídio recebeu entre os anos de 1880 e 1889, vários contingentes de imigrantes (notoriamente italianos, mas também, suíços, belgas e portugueses) para o trabalho em suas lavouras.

A partir de 1929, com a crise que assolou o mundo, além da broca do café que tomou a região, seu crescimento foi interrompido. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Joaquim Egídio ficou isolado por dois anos de Campinas frente ao combate lá também travado e que destruiu a ponte que ligava Sosas a Campinas.

Atualmente há em Joaquim Egídio a instalação de sítios de lazer e produção agrícola orgânica, convivendo com o crescer acelerado de restaurantes e pousadas.

Vem sendo significativo o trabalho realizado pelas APAs (de Joaquim Egídio e Sosas), bem assim a atuação de algumas ONGs voltadas à preservação do meio ambiente e capacitação dos moradores às alternativas de novas técnicas de produção.

Todavia, o estresse hídrico vivenciado pela RMC é preocupante frente ao crescimento das cidades sem adensamento e, o mais grave é que tal crescimento acontece nas microbacias. Nascentes são eliminadas, mananciais são destruídos. Em verdade, há como que um desprezo na região pela contribuição prestada pelos pequenos córregos que no mais das vezes estão sendo canalizados, o que vai acabando com a água que deveria chegar aos ribeirões e rios. Há necessidade que sejam recuperados os pequenos mananciais, além de uma política de permeabilização do solo (inclusive em pequena escala, como por exemplo, o calçamento e o quintal das casas).

O distrito de Joaquim Egídio possui hoje duzentas unidades de produção agrícola familiar, sendo o hábito de assim cultivar a terra uma rotina que vem passando de pai para filho. A área total ocupada por elas é de 1609 hectares e o pessoal ocupado é de 702 pessoas⁵. Segundo o *Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (GDR)*⁶ os segmentos de horticultura e fruticultura são os que concentram maior número de produtores familiares.

Estão localizados na APA de Campinas, de fato, alguns dos recursos naturais mais importantes do município e região (caso do rio Atibaia), onde ocorre a captação de mais de

90 % da água consumida em Campinas. Também estão na APA mais da metade das áreas de matas nativas remanescentes no município e que constituem o *habitat* de cerca de 250 espécies de aves, 68 de mamíferos, 45 de anfíbios e 40 de répteis⁷.

Apesar da entrevista concedida pelo ex-presidente da SANASA⁸ quando afirmou que o Município teria até o final de 2003 a totalidade de seus esgotos domésticos tratados, em uma ETE que seria construída em área de 23 mil metros quadrados, na margem direita do rio Atibaia, até o presente, no entanto, a construção está apenas em seu início!...

Sem dúvida que as mais sensíveis conseqüências do avançar da cidade sobre as áreas rurais de Sousas e Joaquim Egídio, tem sido o desmatamento, a eliminação das matas ciliares, o surgimento de problemas como erosão, assoreamento, além da poluição dos rios.

Finalmente... e para refletir... a Campinas rural ainda existe hoje, (notoriamente no distrito de Joaquim Egídio), mas, incrementa o cultivo de seu potencial turístico com intuito de atrair visitantes às caminhadas e esportes radicais, visando também (de igual modo em Sousas) atraí-los aos redutos gastronômicos onde cerca de mil turistas por final de semana e quinhentos nos feriados, pelos depoimentos ouvidos de alguns comerciantes dos distritos, lá estão chegando (há cerca de sessenta bares, lanchonetes, padarias, restaurantes, choperias, cafés e dizem seus proprietários “que cabe mais!...”).

Embora se constate atualmente algum esforço visando à melhoria ambiental nestes espaços, observei que ainda a questão da natureza continua sendo regida por uma ética utilitária.

¹ É oportuno ver a análise efetuada pelo geógrafo Milton Santos sobre a importância das técnicas como elemento mediador das relações humanas, onde podemos, a partir dela, pensar a idéia de tecnociência.

² Este diagnóstico está contido no *Atlas dos Municípios da Mata Atlântica*, divulgado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Inpe.

³ As APAs de Sousas e Joaquim Egídio foram criadas através do Decreto Municipal nº 11.172, de maio de 1993. A criação delas foi decorrência de um expediente instituído pelas Leis Federais nºs 6.902/81 e 6.938/81, com intuito de contribuir com a preservação e recuperação de áreas de relevante interesse ambiental.

⁴ A criação do consórcio PCJ com o intuito de atuar no planejamento regional para melhor disciplinar as atividades econômicas e a grande expansão urbana, vem se mostrando satisfatória pelo fato de estar reduzindo (se bem que ainda pouco) seus impactos em relação aos recursos hídricos.

⁵ Dados colhidos junto à *Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)*. Campinas: s/e, fevereiro 2004.

⁶ Dados levantados junto a PMC, *Seplama – Secretaria de Planejamento de Meio Ambiente*. Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sousas e Joaquim Egídio. APA Municipal. Campinas, agosto 2003.

⁷ Dados extraídos dos *Relatórios das Sub-Prefeituras dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio*. Campinas, maio 2004.

⁸ Entrevista concedida pelo Presidente da Sanasa (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.) Sr. Vicente Andreu Guillo ao jornal CORREIO POPULAR. *Suplemento Semana do Meio Ambiente*. Campinas, p.5, maio 31, 2003.